

Contabilidade bancária no século XIX português:
regulamentação, práticas de relato e controlo
estatal

Luis Ramalho

VI Encontro de História da Contabilidade da Ordem dos
Técnicos Oficiais de Contas
6 de Novembro de 2013

Resumo

- Resenha histórica
- Regulamentação
- Balanços
- Práticas de relato
- Controlo estatal
- Conclusões



Papel-moeda

Resenha histórica

Resenha histórica

- Em 1808, quando a corte estava no Brasil, foi constituído o Banco do Brasil.
- Em 1821, foi criado o Banco de Lisboa com o objetivo de suprir as dificuldades do Estado (resgate do papel-moeda).



Fuga da família real para o Brasil

Resenha histórica

- Com o processo de formação do Banco de Lisboa, dá-se início à história do sistema bancário português.
- A subscrição de dívida pública foi um dos principais negócios do Banco de Lisboa.
- Na crise de 1827/1828 foi necessário suspender a convertibilidade das suas notas.



Nota do Banco de Lisboa

Resenha histórica

- Antes da crise de 1846 o país vivia em euforia financeira. Apareceram muitas casas bancárias e banqueiros. A crise política e as dificuldades financeiras do Estado decorrentes da revolução da Maria da Fonte, em 1846, obrigaram o Banco de Lisboa a suspender pagamentos.
- Este banco, juntamente com a Companhia Confiança Nacional, deu origem, nesse mesmo ano, ao Banco de Portugal.



Revolta da "Maria da Fonte"

Resenha histórica

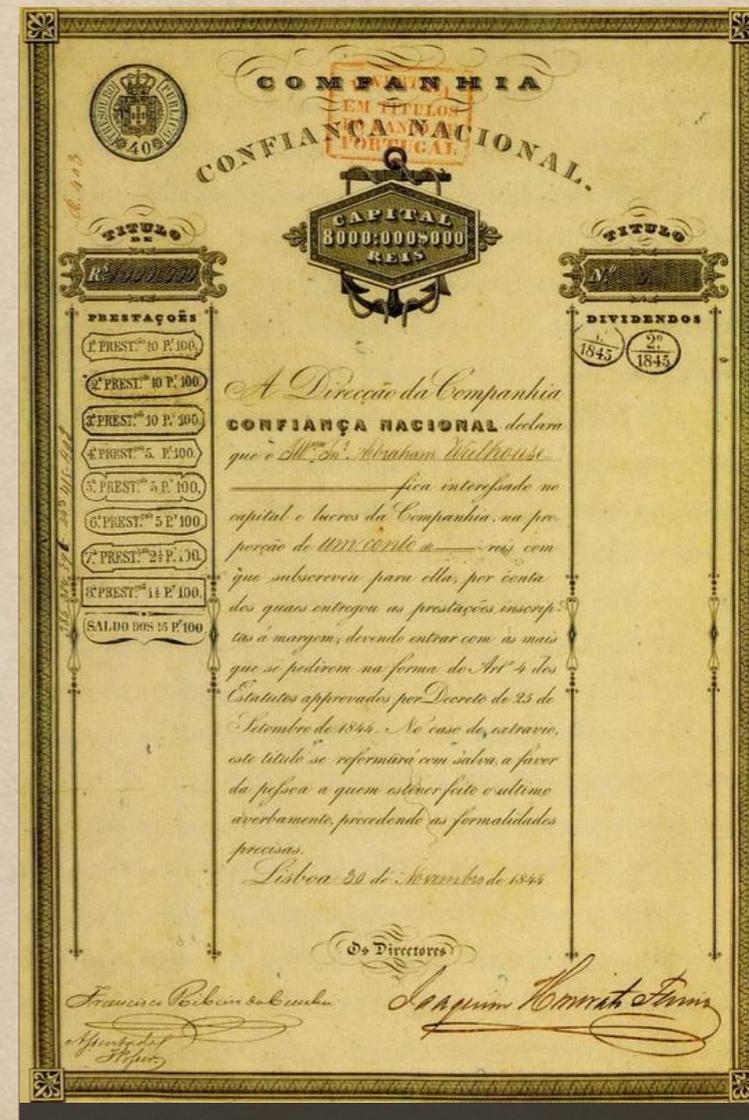
- Com o regime das sociedades anónimas de 1867, que permitiu a constituição de sociedades anónimas sem prévia autorização, ficando apenas sujeitas a registo, foram criadas as condições para a expansão do número de entidades bancárias.



Símbolo do Banco de Portugal

Resenha histórica

- O crescimento excepcional do número de bancos e casas bancárias provocou a generalização de comportamentos especulativos e está na origem da crise de 1876.
- Em 1858 existiam apenas 5 bancos, em 1867, 11, e em 1875, 51 bancos, dos quais 21 de carácter regional.



Acção da Companhia
Confiança Nacional

O quadro mostra os bancos criados entre 1872 e 1875. Em apenas 3 anos estabeleceram-se 40 entidades bancárias.

Fonte: "História do sistema bancário português". Nuno Valério, 2007.

nome	sede	capital (contos)	data de publicação dos estatutos
Banco Nacional Português ⁽¹⁾	Lisboa	3 600	7 de Março de 1872
Banco de Guimarães ⁽²⁾	Guimarães	500	5 de Agosto de 1872
Banco Comercial de Braga ⁽³⁾	Braga	600	5 de Maio de 1873
Banco Comercial de Viana	Viana do Castelo	600	15 de Maio de 1873
Banco do Porto	Porto	1 000	28 de Julho de 1873
Banco Português	Porto	10 000	2 de Setembro de 1873
Sociedade Geral Agrícola e Financeira de Portugal	Lisboa	10 800	22 de Setembro de 1873
Caixa de Crédito Eborense ⁽⁴⁾	Évora	33	13 de Outubro de 1873
Banco Industrial do Porto	Porto	1 000	28 de Fevereiro de 1874
Banco Comercial, Agrícola e Industrial de Vila Real	Vila Real	800	26 de Março de 1874
Banco da Régua	Régua	600	31 de Março de 1874
Banco do Douro	Lamego	900	10 de Abril de 1874
Banco da Covilhã	Covilhã	3 000	13 de Abril de 1874
Banco do Povo ⁽⁵⁾	Lisboa	25	14 de Abril de 1874
Banco da Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	500	3 de Junho de 1874
Banco Comercial de Coimbra	Coimbra	2 000	8 de Julho de 1874
Companhia de Crédito Portuense	Porto	1 000	7 de Dezembro de 1874
Caixa Económica Penhorista	Porto	500	13 de Janeiro de 1875
Banco do Alentejo	Évora	1 200	19 de Fevereiro de 1875
Banco Nacional	Porto	4 000	24 de Fevereiro de 1875
Banco Comercial de Lisboa	Lisboa	4 000	3 de Março de 1875
Banco Mercantil de Braga	Braga	1 200	4 de Março de 1875
Banco Comércio e Indústria	Porto	2 000	5 de Março de 1875
Banco Mercantil de Viana	Viana do Castelo	600	8 de Março de 1875
Banco de Chaves	Chaves	600	11 de Março de 1875
Banco de Bragança	Bragança	1 000	17 de Março de 1875
Banco Agrícola e Industrial da Estremadura	Porto	1 500	20 de Março de 1875
Banco de Viana	Viana do Castelo	500	22 de Março de 1875
Banco Comercial de Guimarães	Guimarães	600	23 de Março de 1875
Companhia de Crédito Comercial	Lisboa	600	1 de Abril de 1875
Companhia Comercial e Industrial Portuense	Porto	2 000	6 de Abril de 1875
Banco Lisboa & Açores	Lisboa	5 000	13 de Abril de 1875
Banco União de Portugal e Brasil	Lisboa	5 000	21 de Abril de 1875
Banco Nacional Insulano	Lisboa	6 000	23 de Abril de 1875
Companhia de Crédito Lisbonense	Lisboa	400	4 de Maio de 1875
Companhia União Popular Penhorista	Porto	500	8 de Maio de 1875
Banco Comercial da Madeira	Funchal	1 200	12 de Maio de 1875
Banco de Barcelos	Barcelos	600	17 de Maio de 1875
Caixa de Empréstimos Lisbonense ⁽⁶⁾	Lisboa	100	25 de Maio de 1875
Banco Agrícola, Comercial e Industrial de Ponte de Lima	Ponte de Lima	1 200	2 de Junho de 1875

Resenha histórica

- Em 1876, houve uma grave crise bancária. Desapareceu um quinto das entidades bancárias.
- Após a crise de 1876, não se regulou especificamente o sistema bancário, nem se passou a fiscalizar a banca.



Ação do Banco de Lisboa

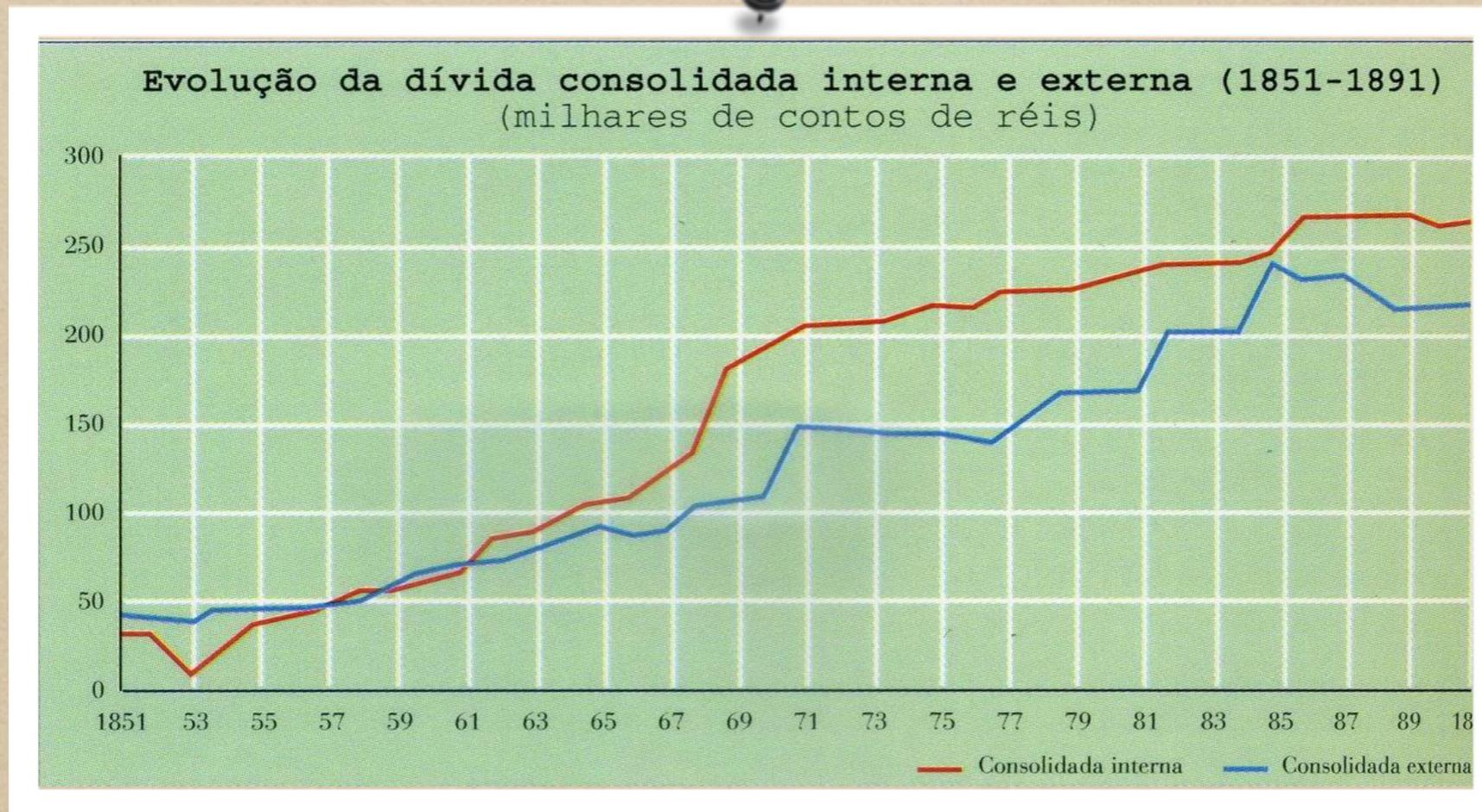
Resenha histórica

- Após a conjuntura especulativa de 1876, foi rara a criação de bancos.
- A extensão da rede bancária resultou do crescimento do Banco de Portugal, da CGD e do BNU.



Símbolo da CGD

Resenha histórica



- Em 1891 o endividamento público tornou-se difícil de gerir, começando o Estado a sentir dificuldades financeiras. Teve ainda de socorrer alguns bancos e companhias ferroviárias em dificuldades.

Fonte: "História de Portugal", vol. 5. José Matoso, 1993.

Resenha histórica

- Em 1891, houve boatos de bancarrota e o público reagiu em pânico, dando-se o levantamento de depósitos do sistema bancário.
- O Banco de Portugal forneceu recursos aos outros bancos, ao comércio e ao Tesouro. Reforçou o seu papel de banco central emissor e de prestamista de última instância.



Nota do Banco de Guimarães

Resenha histórica

O sistema bancário foi profundamente modificado na sequência da crise de 1891:

- Desaparece a pluralidade de bancos emissores.
- O Banco de Portugal assume o papel de prestamista de última instância.
- É estabelecida uma regulamentação bancária mais restrita (Decreto de 12/7/1894).



Nota do BP. Última emissão em réis.

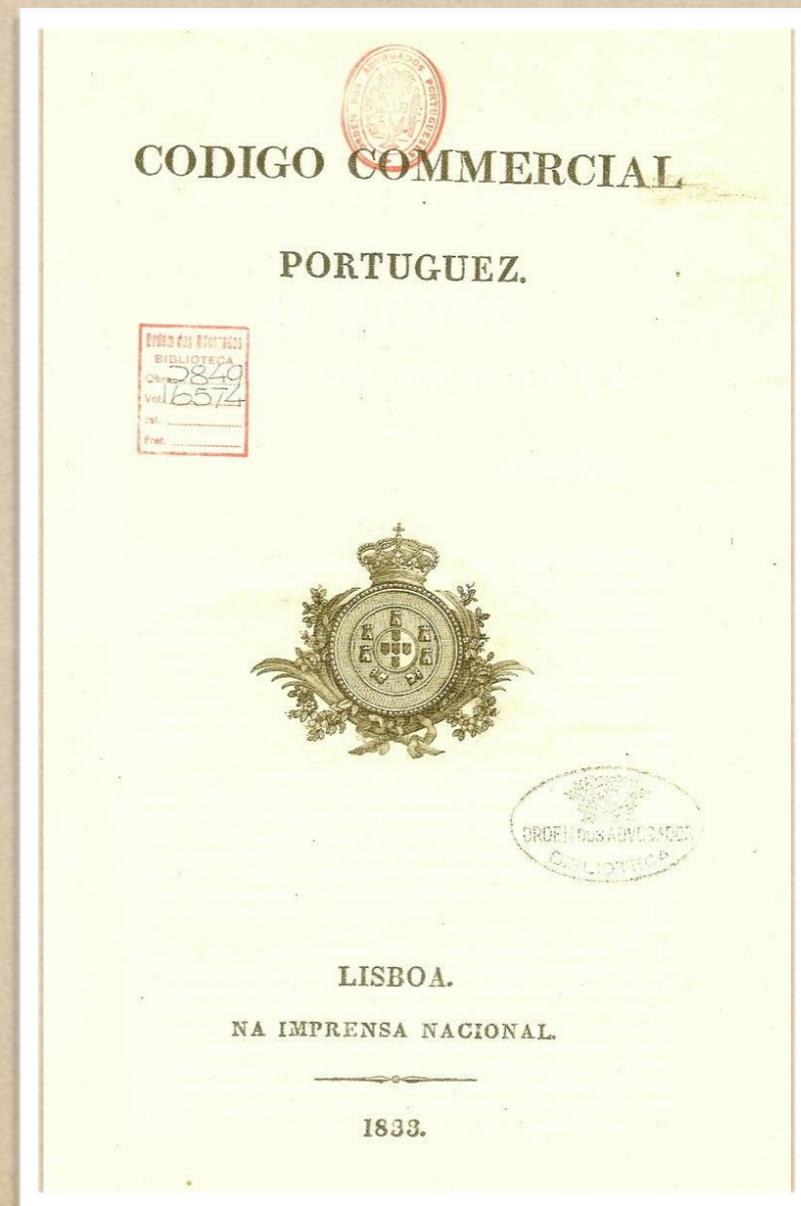
Regulamentação

Regulamentação

- Até 1894 não existiram normas reguladoras do sistema bancário. Havia apenas diplomas legais que estabeleciam o enquadramento geral a que os bancos, tal como as outras sociedades, estavam obrigados.
- No final do século, o Decreto do Governo de Hintze Ribeiro, de 12 de julho de 1894, definiu o primeiro quadro regulamentar da atividade bancária em Portugal.

Regulamentação

- O Código Comercial de 1833 definia "banqueiro" e as atividades permitidas aos banqueiros.
- Os bancos ficavam sujeitos a autorização governamental.



Regulamentação

- O regime das sociedades anónimas, de 22 de junho de 1867, estabeleceu que estas se constituiriam pela simples vontade dos seus associados, sem dependência de prévia autorização
- As sociedades anónimas (e, portanto, os bancos) ficavam apenas sujeitas a mero registo. Esta lei permitiu o excessivo crescimento do número de sociedades bancárias e o clima especulativo que levou à crise de 1876.
- Não se ocupava especialmente dos bancos.

Regulamentação

Ao Conselho Fiscal das sociedades anónimas incumbiria:

- Fiscalizar a administração da sociedade.
- Examinar a sua escrituração.
- Dar parecer sobre o balanço e relatório anual.

Em suma, a fiscalização das entidades bancárias estava apenas atribuída ao respetivo conselho fiscal, visto que o Estado pouco ou nada intervinha.

Regulamentação

- O Código Comercial de 1888, deixou para diploma especial a regulamentação bancária.
- O Decreto de 12 de julho de 1894 estabeleceu o quadro regulamentar da atividade bancária em Portugal e constituiu a base para a primeira normalização dos balancetes mensais e dos balanços anuais dos bancos.



Nota do Banco Comercial do Porto

Regulamentação

- A Portaria de 1 de setembro de 1894 estabeleceu, pela primeira vez em Portugal, um modelo uniforme para os balanços dos bancos.
- Definiu as rubricas que, no mínimo, os bancos eram obrigados a incluir nos balanços.

ACTIVO

Caixa:

Dinheiro em cofre

Dinheiro depositado em outros bancos

Fundos flutuantes

Acções próprias existentes em carteira antes do Decreto de 12/07/1894

Câmbios (letras sobre o estrangeiro, etc.)

Letras (sobre o país) descontadas e transferências

Letras a receber

Empréstimos e contas correntes com caução

Empréstimos com caução das próprias acções

Agências e correspondências

Devedores gerais

PASSIVO

Capital

Fundo de reserva

Depósitos à ordem

Depósitos a prazo

Letras a pagar

Dividendos a pagar

Obrigações emitidas

Obrigações sorteadas

Notas em circulação

Credores gerais

Balanços

Balanços

- Ao longo da segunda metade do séc. XIX, o número médio de rubricas contabilísticas dos balanços bancários foi aumentando gradualmente.
- Não havia qualquer normalização para efeitos de apresentação das contas.
- Houve melhoria após a publicação do modelo da Portaria de 1 de Setembro de 1894.

Companhia de Crédito Comercial 31/01/1877

Publicar

Correção de Crédito Commercial
Sociedade anónima, responsabilidade limitada.
Balancete do mez de Janeiro de 1877

<u>Activo</u>		
<i>Caixa</i>		<i>22.394,430</i>
<i>Letras descontadas</i>		<i>99.172,300</i>
<i>Valores fluctuantes</i>		<i>59.786,760</i>
<i>Hypothecas</i>		<i>52.479,270</i>
<i>Emprestimos 4 perchores</i>		<i>26.280,960</i>
<i>Creditos em g'd</i>		<i>22.450,175</i>
<i>Devedores</i>		<i>22.288,760</i>
<i>Emprestimos caucionados</i>		<i>11.775,765</i>
<i>Despesas d'installação</i>		<i>1.686,180</i>
<i>Succursal em liquidação</i>		<i>1.091,670</i>
<i>Mobilia e utensilios</i>		<i>1.080,200</i>
<i>Despesas d'adm do</i>		<i>2.500</i>
		<i>281.207,920</i>
<u>Passivo</u>		
<i>Capital</i>		<i>200.000,000</i>
<i>Depositantes d'ordem</i>		<i>129.131,310</i>
<i>a prazo 158.627,465</i>		<i>29.550,155</i>
<i>Credores</i>		<i>9.922,720</i>
<i>Dividendos</i>		<i>1.210,300</i>
<i>Fundo de reserva</i>		<i>505,690</i>
<i>Lucros e perdas</i>		<i>14.078,755</i>
		<i>281.207,920</i>

Lisboa 21 de Janeiro de 1877

Para Comp. de Crédito Commercial
Os Directores
António Regolin e Santos Alves
José Gregorio da Rosa Braga



Banco Industrial de Lisboa

Sociedade anónima de responsabilidade limitada
Balanco em 31 de Dezembro de 1877

Activo		Passivo	
Accionistas	13.755,400	Capital	20.000,000
Caixa	457,700	Ganhos e Perdas Juros recebidos	1.042,100
Letras Descontadas	6.255,260	Depositantes. Em dinheiro	1.974,600
Depositos Gerais	60,000	" Em valores	1.500,000
Caixa de Credito Industrial <i>de deposito</i>	40,000		
Gastos d'Instalacao	634,110		
Titulos de divida do Estado	251,835		
Emp. ^{mas} sobre accoes de diversas Comp. ^{as}	33,330		
Emprestimos Garantidos	136,000		
Despesas Gerais	840,455		
Emprestimos sobre penhores	343,950		
Moedas e Utensilios	222,860		
Valores em Deposito	1.500,000		
Total	24.521,700		Total 24.521,700

M.O.P.
ARQUIVO

Lisboa 31 de Dezembro de 1877.

Os Directores — José Jacquin Duarte — Carlos Augusto de V. Masc. — David Augusto d'Almeida Barros.

O Conselho fiscal depois de ter examinado todos os documentos que comprovam este balanco achou-o exacto com a conta representada e approvou-o unanimemente em sessao de 23 de Janeiro de 1878. — Augusto José de Cuinao — José Augusto da Cunha Terra — Feliciano José de Sá — José Matta da Fonseca — Joaquim José Pereira Bastos — Eugenio Augusto de Carvalho.

Banco Industrial de Lisboa - 31/12/1877

RESUMO DO ACTIVO E PASSIVO
DO
BANCO DE GUIMARÃES

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1877

ACTIVO

Caixa, existencia em metal.	41:023\$931
Agencias no Porto e Lisboa, idem.	112:737\$652
Outras agencias no paiz	97:479\$487
Ditas no estrangeiro	27:989\$735
Creditos — devedores por contas corren- tes caucionadas	305:253\$397
Devedores por hypothecas e diversos	118:890\$949
Letras descontadas, a receber	729:649\$951
Casa forte, moveis e utensilios.	1:200\$000
Emprestimos sobre penhores	162:665\$939
Obrigações do Caminho de Ferro do Minho e Douro	35:040\$850
Accionistas, prestações a receber	100:000\$000
Liquidações	8:515\$101
Inscripções e outros papeis de credito	75:505\$475
	<hr/>
	1.815:952\$467

PASSIVO

Capital actual do Banco	500:000\$000
Notas em circulação na séde e na agen- cia do Porto	10:385\$000
Diversos depositantes na séde e agencias do Porto e Lisboa	165:191\$809
Obrigações do Banco a prazo	1.071:460\$477
Diversos credores	11:782\$407
Dividendos a pagar	584\$000
Fundo de reserva	26:000\$000
Dito para o novo edificio do Banco	5:000\$000
Lucros e perdas.	25:548\$774
	<hr/>
	1.815:952\$467

Banco de Guimarães, 31 de Dezembro de 1877.

OS GERENTES,

Francisco José da Costa Guimarães.
João de Castro Sampaio.
Francisco Ribeiro Martins da Costa.

Banco de Guimarães - 31/12/1877

	Década					Total
	1860	1870	1880	1890	1900	
Nº de balanços analisados	8	32	18	20	23	101
Percentagem do total	7,9%	31,7%	17,8%	19,8%	22,8%	100,0%
Nº médio de rubricas do activo utilizadas	9,6	11,2	14,1	13,2	13,7	12,4
Nº médio de rubricas do passivo utilizadas	6,5	7,4	7,7	8,5	10,3	8,1
Nº médio de rubricas utilizadas no balanço	16,1	18,6	21,7	21,7	24,0	20,4

Amostra : 101 balanços do séc. XIX de 32 instituições distintas

(aumento progressivo do número de rubricas durante o séc. XIX)

Nº de rubricas diferentes usadas para o activo	285
Nº de rubricas diferentes usadas para o passivo	128
Nº de rubricas diferentes usadas	413

413 rubricas usadas

(Não havia qualquer normalização de balanços para efeitos da sua apresentação)

Principais rubricas usadas nos balanços bancários do Séc. XIX

Principais rubricas utilizadas entre 1860 e 1909 (Amostra 101 balanços)

	Nº de utilizações da rubrica	% do nº de balanços analisados
Rubricas de activo		
Empréstimos sobre penhores	54	53,5%
Caixa	40	39,6%
Móveis e utensílios	39	38,6%
Letras a receber	38	37,6%
Letras descontadas e a receber	31	30,7%
Efeitos depositados	29	28,7%
Papéis de crédito	29	28,7%
Fundos flutuantes	28	27,7%
Caixa dinheiro em cofre	25	24,8%
Letras descontadas	25	24,8%
Rubricas de passivo		
Capital	93	92,1%
Fundo de reserva	69	68,3%
Dividendos a pagar	58	57,4%
Depósitos à ordem	55	54,5%
Ganhos e Perdas	54	53,5%
Depósitos a prazo	51	50,5%
Lucros e perdas	41	40,6%
Letras a pagar	36	35,6%
Credores por efeitos depositados	26	25,7%
Diversos credores	20	19,8%

Banco Agrícola e Industrial e Industrial Visiense 31/05/1868

Banco Agrícola e Industrial Visiense

Balanete em 31 de Maio de 1868.

Activo

Dinheiro em Caixa	1:723,665
Misericordias, prestações a receber	36:000,000
Accionistas, prestações a receber	18:000,000
Emprestimos com fiadores	2:050,000
Letras a receber	3:203,000
Contas Correntes	30,000
Gastos Gerais	24,440
	<u>61:091,105</u>

M.O.P.
ARQUIVO

Passivo

Capital do Banco pelas Misericordias	40:000,000
Capital do Banco pelos Accionistas	20:000,000
Depozitos na Caixa Economica	926,500
Lucros e perdas	164,605
	<u>61:091,105</u>

Vizeu 1 de Junho de 1868.

Os Gerentes

Amisiro de Mello Lemos e Alvellos

José Luiz do Amaral Guimarães

Bernardo Ant. Silva Band.

Banco Agrícola e Industrial Visiense

30/12/1882

Banco Agrícola e Industrial Visiense

Balancete em 30 de Dezembro de 1882

Activo

Dinheiro em Caixa.....	C	11.273.990
Empréstimos sobre penhores.....		..
Empréstimos com fiadores.....		74.102.250
Empréstimos sobre letras.....	L	24.507.000
Empréstimos em contas correntes.....		980.000
Inscrições.....		14.272.500
Empréstimos à Junta Geral do districto de Vizeu.....		14.540.000
Ações de Bancos.....		30.966.800
Empréstimos à Camara Municipal de Vizeu.....		9.702.000
Effeitos depositados.....		1.743.200
Movéis.....	M.O.P. ARQUIVO	404.650
Gastos geraes.....		..
		<u>176.460.390</u>

Passivo

Capital do Banco pela Misericordia.....		40.000.000
Capital do Banco pelos Accionistas.....		20.000.000
Depositos.....	L	72.956.120
Caixa Economica.....		11.350.829
Reserva para liquidações.....		18.000.000
Dividendos a pagar.....		647.600
Juros por pagar.....		2.866.035
Credores de effeitos depositados.....		1.743.200
Lucros e perdas.....		8.396.606
		<u>176.460.390</u>

Banco Agrícola e Industrial Visiense, 10 de Janeiro de 1883

Os Gerentes,

Manoel Antonio Branco
Antonio de Figueira Torres de Carvalho
Antonio Henriques da Cruz

Banco Agrícola e Industrial Viziense

31/08/1894

Banco Agrícola e Industrial Viziense

BALANCETE EM 31 DE Agosto DE 1894.

ACTIVO

Caixa	14.263.986
Emprestimos sobre penhores	330.000
Emprestimos com fadros	53.035.985
Emprestimos sobre letras	636.910.000
Bens arrematados	223.000
Acções de Bancos	22.905.500
Obrigações d'emprestimo ao Governo	9.677.600
Obrigações dos Tabacos	3.915.000.000
Emprestimo á Camara Municipal de Vizeu	2.900.000
Emprestimo á Camara Municipal de Sattam	400.000
Efeitos depositados	9.675.000
Movéis	437.250
Gastos geraes	3.141.750
	21.690.967

M.O.P.
ARQUIVO

PASSIVO

Capital do Banco pela Misericordia	40.000.000
Capital do Banco pelos Accionistas	20.000.000
Depositos a prazo	9.261.932.2
Caixa Economica	254.867.81
Reserva para liquidações	225.000.000
Dividendos a pagar	189.200
Juros por pagar	1.282.960
Credores de efeitos depositados	9.675.000
Lucros e perdas	1.258.570.2
	21.690.967

Banco Agrícola e Industrial Viziense, 1 de Setembro de 1894.

OS GERENTES,

Manuel Antonio Barroso
Francisco de Sá e Albuquerque

Banco Agrícola e Industrial Viziense

BALANCETE EM 31 DE Dezembro DE 1909

1906—Typ. da «Revista Catholica»—Vieira

ACTIVO				PASSIVO			
Caixa.....	Dinheiro em cofre.....	53.773.602		Capital.....	do Banco pela Misericórdia.....	40.000.000	
	Dinheiro depositado em outros Bancos.....		53.773.602		do Banco pelos Accionistas.....	20.000.000	60.000.000
	Reções de Bancos.....	9.759.000		Fundo de reserva para liquidações.....			20.566.400
	Obrigações d'emprestimo ao Governo.....	6.646.400		Depositos à ordem.....			
Fundos fluctuantes	Obrigações dos Tabacos.....	10.000.000		Depositos a prazo.....			134.167.041
	Obrigações do Estado.....	6.720.000		Caixa Economica.....			71.222.856
	Emprestimo á Camara Municipal de Vizeu.....			Letras a pagar.....			
	Emprestimo á Camara Municipal de Saffam.....	400.000	33.525.400	Dividendos a pagar.....			396.000
Acções proprias existentes em carteira antes da promulgação do decreto de 11 de Julho de 1894.....				Juros por pagar.....			6.870.565
Cambios (letras sobre o estrangeiro, etc.).....				Obrigações emitidas.....			
Letras (sobre o paiz) descontos e transferencias.....				Obrigações sorteadas.....			
Letras a receber.....				Notas em circulação.....			
Emprestimos sobre letras.....			144.718.725	Credores geraes.....			30.495.000
Emprestimos sobre letras em liquidação.....			13.310.000	Credores de effeitos depositados.....			
Emprestimos e contas correntes com caução.....	Emprestimos sobre penhores.....			Lucros e perdas.....			8.033.258
	Emprestimos com fiadores.....		39.547.500				
Emprestimos em contas correntes.....	Emprestimos com fiadores em liquidação.....		2.121.800				
	Emprestimos em contas correntes.....		29.837.500				
Emprestimos com caução das proprias acções.....							
Agencias e Correspondencias.....							
Devedores geraes.....							
Bens arrematados.....			13.185.276				
Effeitos depositados.....							
Moveis.....			620.000				
Depositos judiciais.....			1.120.910				
Gastos geraes.....							
			331.751.098				331.751.098

M.O.P.
ARQUIVO

Banco Agrícola e Industrial Viziense, 31 de dezembro de 1909

Este conforme com a constituição do Banco

OS GERENTES,

Pedro Ferreira dos Santos
Francisco Urbano Pinheiro
António Joaquim Soares

Banco Agrícola e Industrial Viziense -
31/12/1909

Ano	B. Agrícola e Industrial Visiense									
	1868	1868	1869	1872	1882	1894	1894	1898	1900	1909
Total de rubricas do activo utilizadas	7	10	11	9	12	13	9	9	9	8
Total de rubricas do passivo utilizadas	4	6	8	8	9	9	8	8	8	8
Total de rubricas do activo + passivo	11	16	19	17	21	22	17	17	17	16

Banco Agrícola e Industrial Visiense (1868 - 1909)

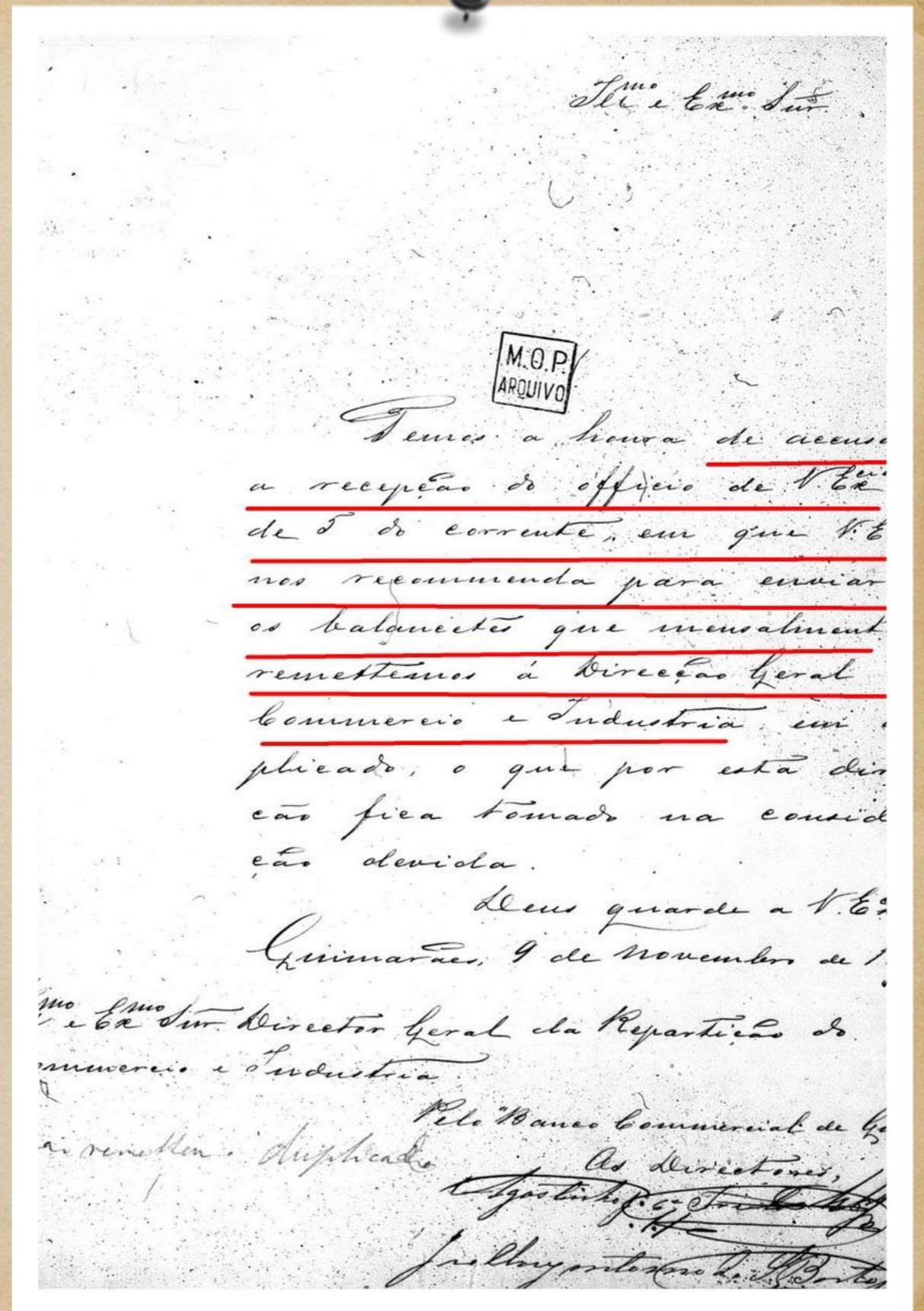
(havia pouca estabilidade no modelo de balanço apresentado por uma mesma instituição, mesmo entre os balanços mensais)

Práticas de relato

Práticas de relato

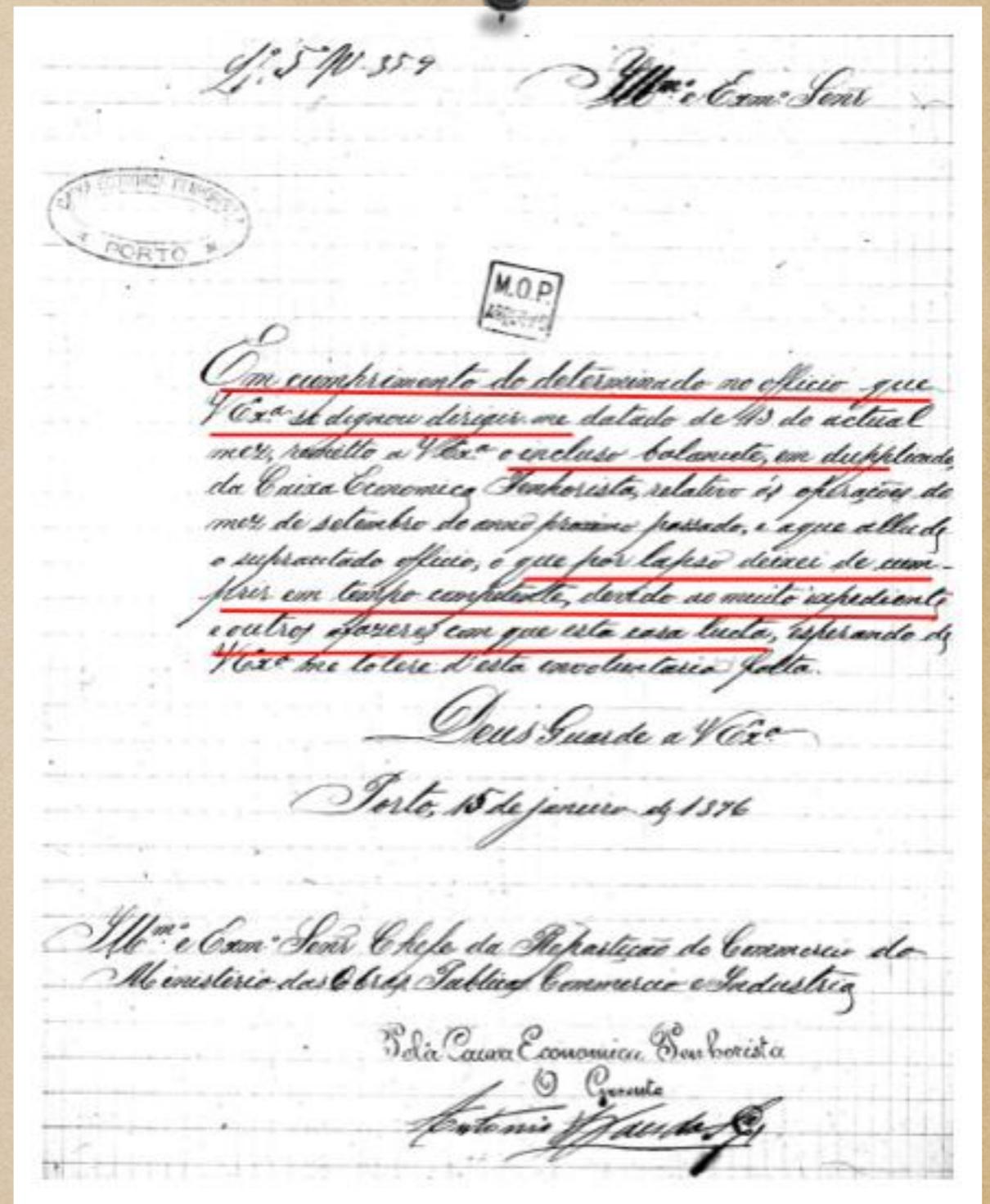
"(...) V. Exa. nos recomenda para enviar os balancetes que mensalmente remetemos à Direção Geral do Comércio e Indústria (...)"

(Banco Comercial de Guimarães - 1875)



Práticas de relato

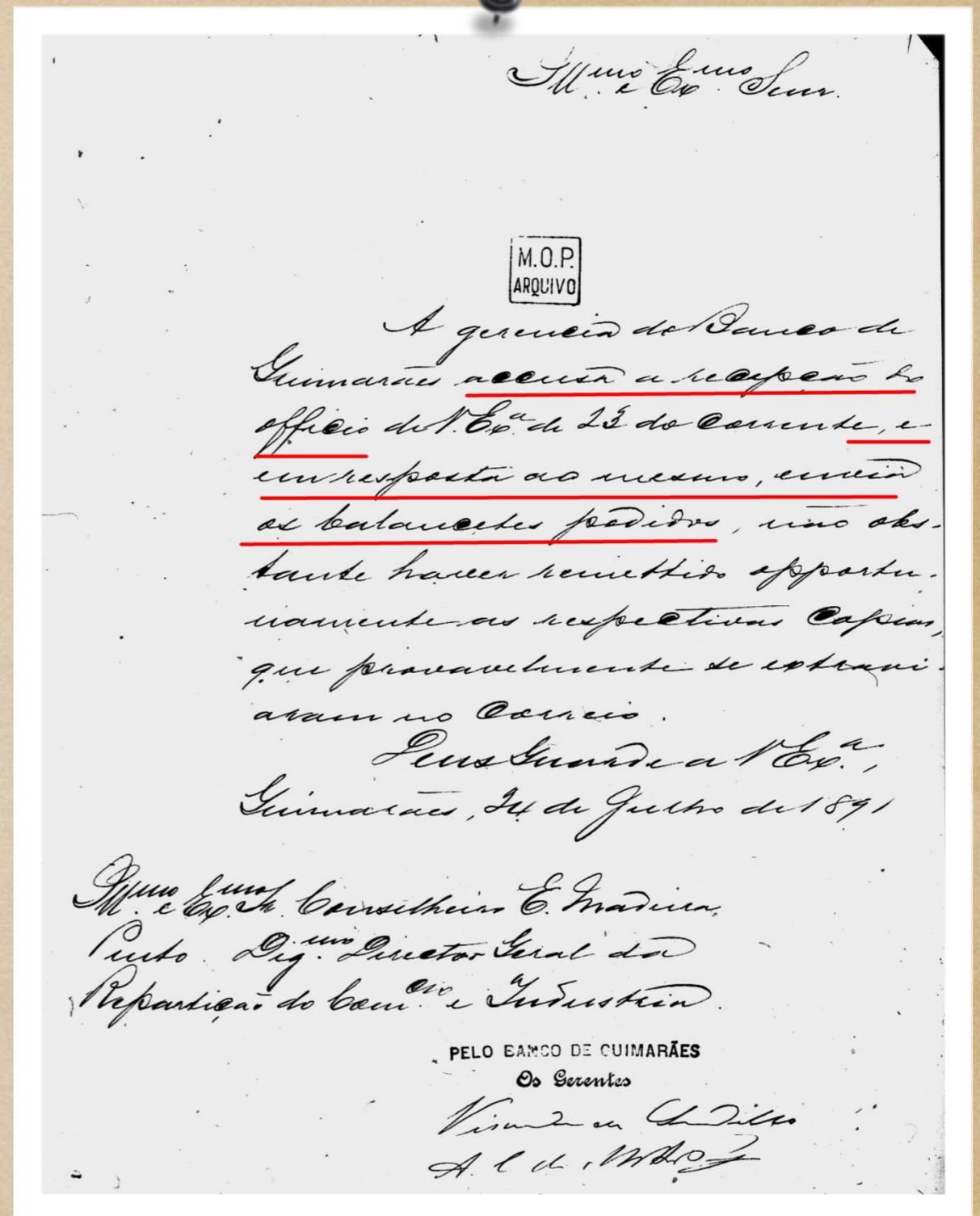
"Em cumprimento do determinado no ofício que V. Exa. se dignou dirigir-me (...) remeto o incluso balancete (...) que por lapso deixei de cumprir em tempo competente devido ao muito expediente (...)



Caixa Económica Penhorista (1876)

Práticas de relato

"(...) acuso a receção do aviso de V. Exa. (...) e em resposta do mesmo, envio os balancetes pedidos, não obstante haver remetido oportunamente as respectivas cópias (...)"



Banco de Guimarães - 1891

Práticas de relato

"Acusamos a receção do ofício de V. Exa. (...) e de conformidade com o seu conteúdo, incluso enviamos o balancete (...). Há mais tempo que o devíamos ter remetido para essa Repartição (...)

M.O.P.
ARQUIVO

Accusamos a recepção do officio de V. Exa.
do mez findo e de conformidade com o seu
conteúdo, incluso enviamos o balancete de
fanciro pp.

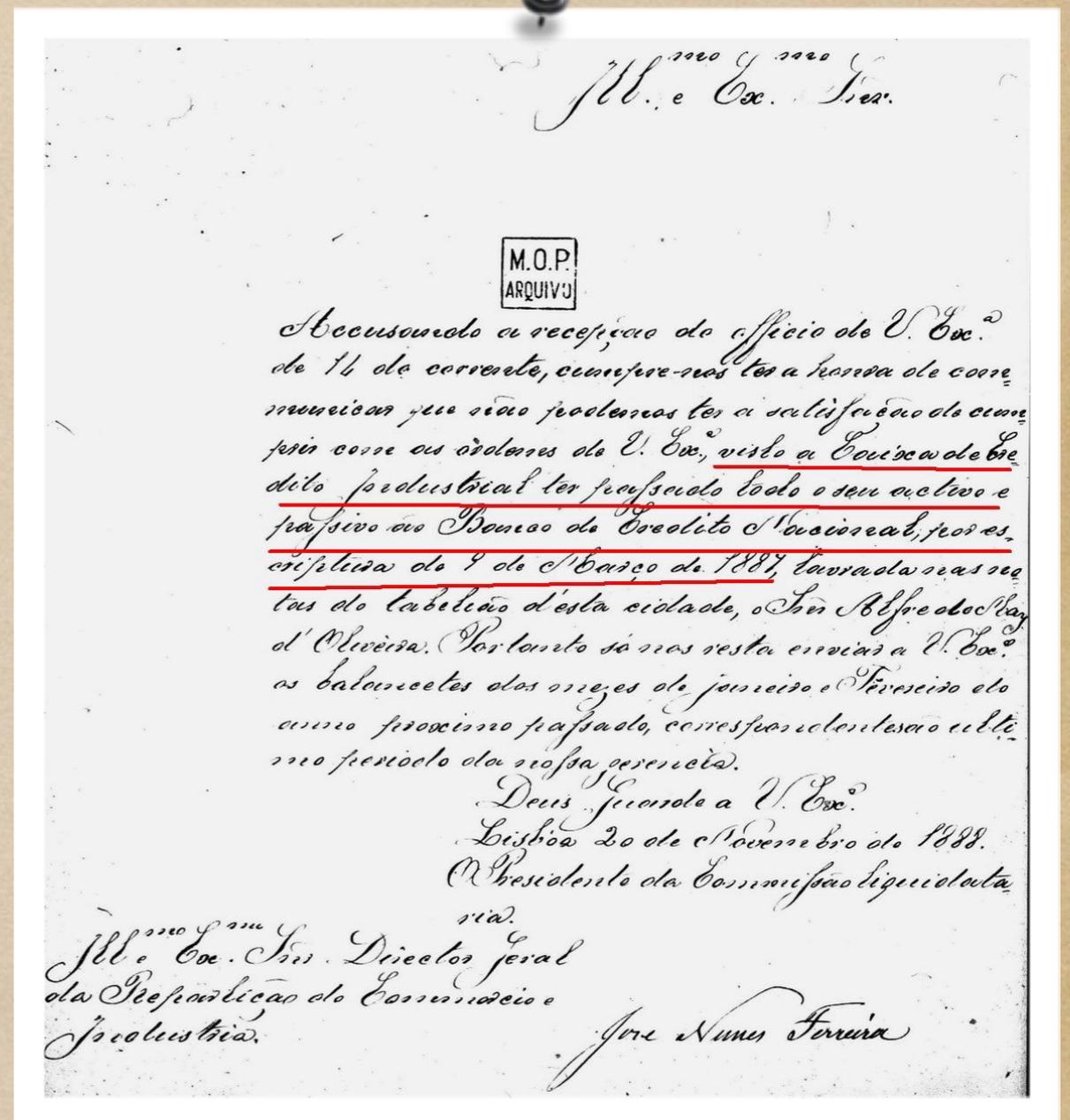
Há mais tempo que o devíamos ter
remettido para essa Repartição, bem como, os
referentes a Fevereiro e Março, mas a remo-
delação de serviço que fomos obrigados a
fazer o que importou na mudança de pes-
soal, em obras no nosso escriptorio etc. etc, mo-
tivada pelo augmento progressivo das nossas
transações, nos tem impedido de os entregar, o
que faremos muito breve para o que já es-
tamos trabalhando activamente.

Pedimos a V. Exa. se digne relevar nos

Banco Economia Portuguesa - 1906

Práticas de relato

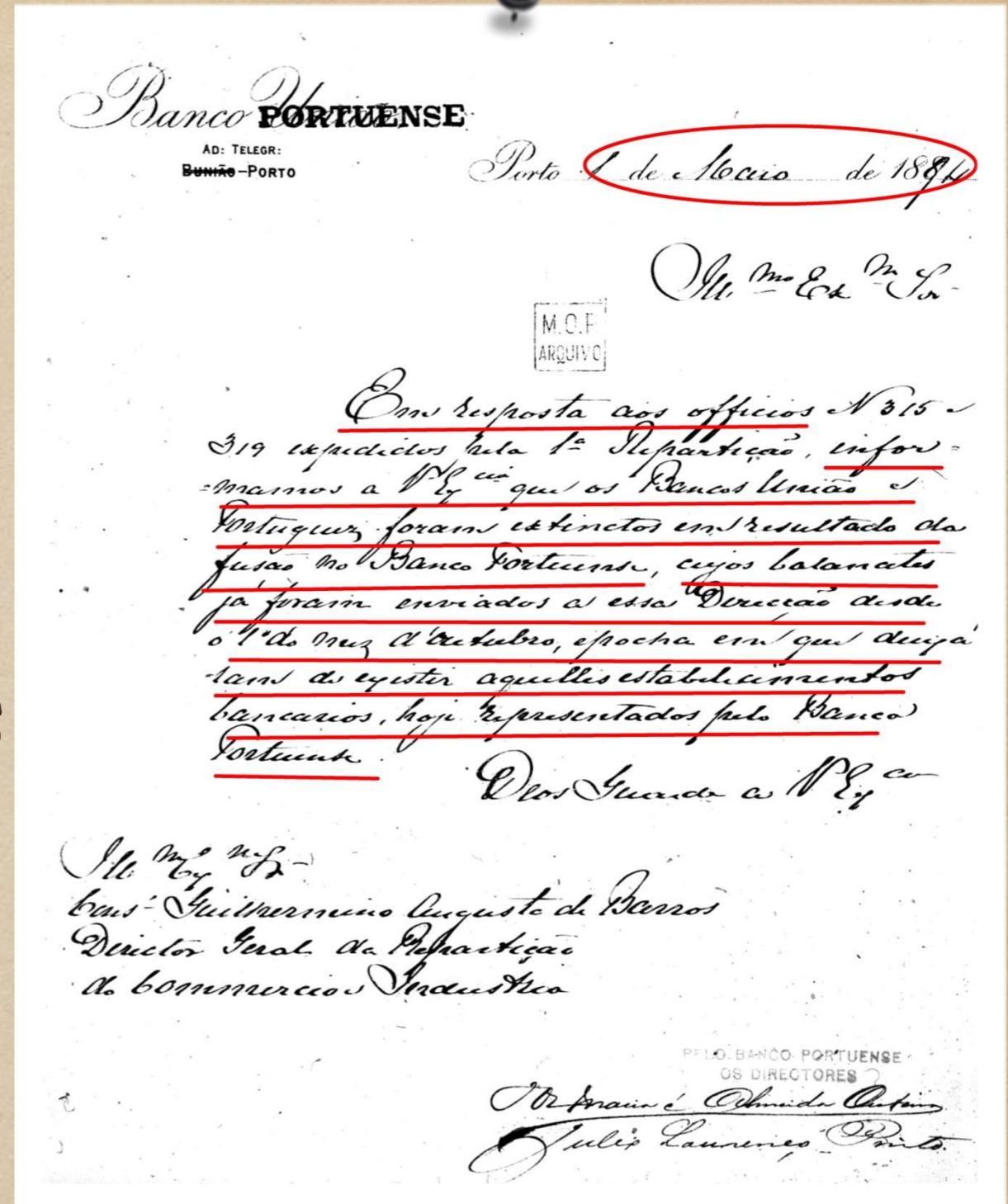
"(...) visto a Caixa de Crédito Industrial ter transferido todo o seu ativo e passivo para o Banco de Crédito Nacional em (...) março de 1887 (...)"



Caixa de Crédito Industrial - 1888

Práticas de relato

"Em resposta aos ofícios (...) informamos que os Bancos União e Português foram extintos em resultado da fusão no Banco Portuense (...)



Banco Portuense - 1894

Controlo estatal

Controlo Estatal

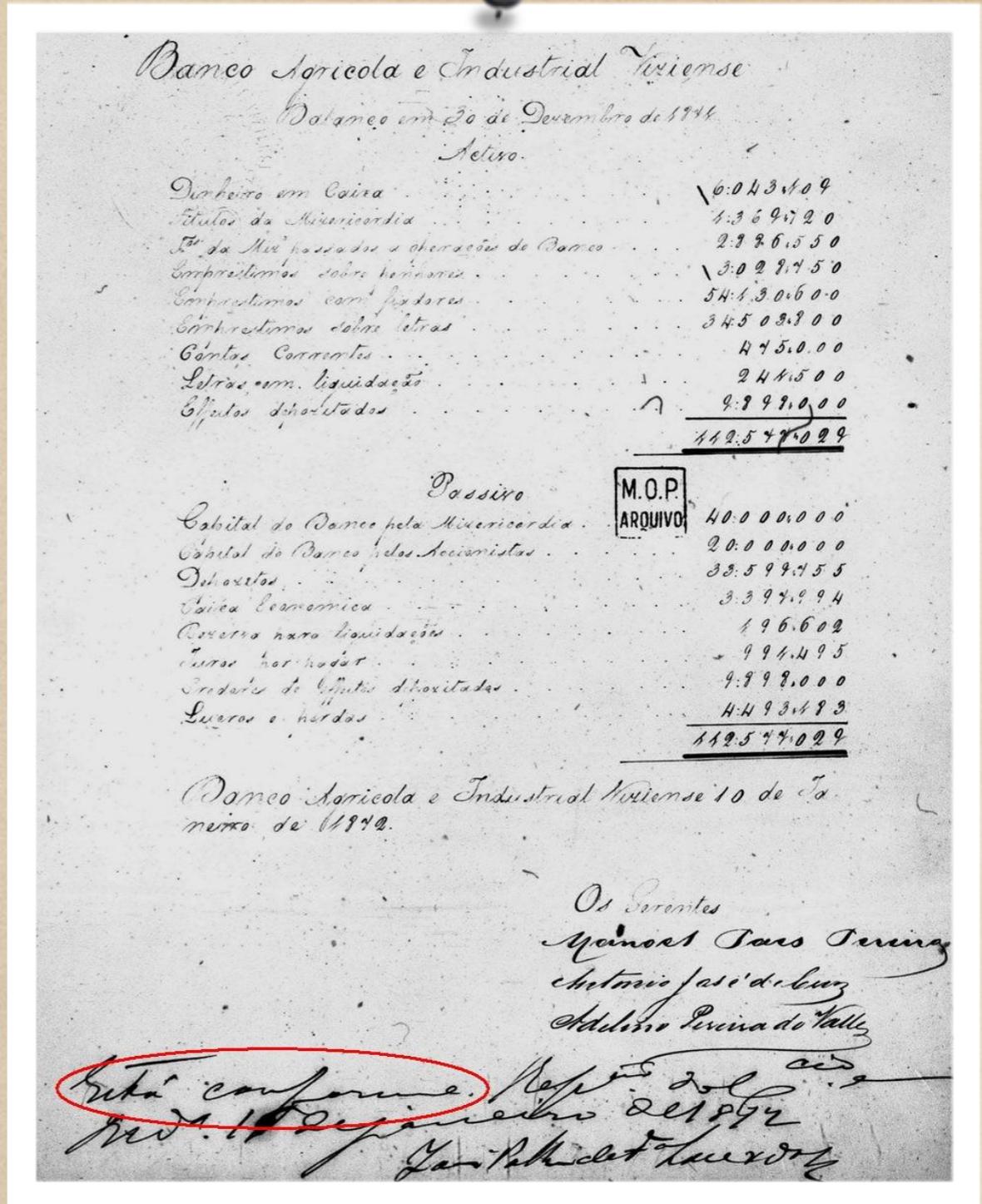
"(...) que esta minha Régia aprovação poderá ser retirada logo que a associação se desvie dos fins para que é instituída, não cumpra fielmente os seus estatutos, ou deixe de remeter anualmente à Direção Geral do Comércio e Indústria o relatório e contas da sua gerência social (...)"

31
Apois 24 de 1864
12
Lendo elle presentes os estatutos, com que pretende fundar se na cidade de Braga uma associação bancária, denominada "Banco do Minho"; Considerando que este estabelecimento, sendo um valioso instrumento de credito, deve prestar poderoso auxilio a agricultura e industria da provincia do Minho; Vistos os documentos por donde se prova a subscriçãõ do capital inicial; Vista a informaçãõ do Governador Civil do Districto Administrativo de Braga; Vista a Consulta do Conselho Geral de Commercio, Industria e Agricultura; Visto o parecer do estudante do Tribunal Geral da Coroa junto ao Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria; e Usando da authorisaçãõ concedida pela Carta de Lei de quinze de junho do anno corrente. Hei por bem dar a elleminha Régia approvaçãõ aos estatutos de mencionado Banco do Minho, os quaes, nos termos do artigo quinhentos e trinta e nove do Código Commercial, se acham referidos a instrumento publico, constam de sete capitulos e cinquenta e nove artigos, e ha para com este Decreto assignados pelo elleminho e Secretario do Estado das Obras Publicas, Commercio e Industria, devendo ser registrados de theor e não por extracto no registho publico do commercio, nos termos do artigo quinhentos e quarenta do Código Commercial; e não podendo o Banco julgar se constituido, nem dar curso as suas operaçãões, sem que prove ter sido cumprido o disposto no paragrapho terceiro do artigo segundo; com a expressa clausula de que qualquer alteraçãõ nos estatutos fize suggestãõ a previa authorisaçãõ do Governo, que esta elleminha Régia approvaçãõ poderá ser retirada, logo que a associaçãõ se desvie dos fins para que é instituida, não cumpra fielmente os seus estatutos, ou deixe de remetter anualmente a Direcção Geral do Commer

Banco do Minho (estatutos) - 1864

Controlo Estatal

"Está conforme"



Despacho Director Geral - 1872 (B.A.I. Visiense)

Controlo Estatal

Resumo do Activo e Passivo do Banco do Minho em 31 de Agosto de 1875

<u>Activo</u>		<u>Passivo</u>	
<i>Caixa: existencia em metal</i>	114.348.558	<i>Capital</i>	500.000.000
<i>notas</i>	18.702.500	<i>Fundo de Reserva</i>	30.000.000
<i>Títulos de credito</i>	87.087.114	<i>Reserva para prejuizos eventuaes</i>	-50.000.000
<i>Accões de conta propria</i>	54.800.000	<i>Reserva para garantia de dividendos</i>	30.000.000
<i>Hypothecas de terra</i>	90.435.388	<i>Notas em Circulação</i>	93.415.000
<i>Letras em liquidacao</i>	8.370.703	<i>Deposito a ordem</i>	182.782.081
<i>Remesas em</i>	21.791.704	<i>Dividendos a pagar</i>	1875.810
<i>Emprestimos sobre penhoras</i>	19.018.670	<i>Deposito a prazo</i>	1448.540.809
<i>Letras descontadas</i>	850.540.755	<i>Depositos em Paiz</i>	148.895.411
<i>Letras a receber</i>	27.583.148	<i>Agencias no Estrangeiro</i>	50.421.575
<i>Luvas e Remessas de 1/ conta</i>	103.708.827	<i>Luvas e Remessas das Agencias</i>	78.455.808
<i>Luvas e Remessas das Agencias</i>	122.400.712	<i>Letras a pagar</i>	1.450.000
<i>Agencias no Paiz</i>	221.304.352	<i>Perdas e Ganhos</i>	20.090.739
<i>Agencias no Estrangeiro</i>	105.558.959		
<i>Contas Correntes garantidas</i>	805.193.000		
<i>Edificios de servico</i>	14.940.095		
	<u>2.735.932.832</u>		<u>2.735.932.832</u>

Banco do Minho em 31 de Agosto de 1875

850.540.755
27.583.148
878.123.903

Os Gerentes
Amal Simões
Dominguinhos

182.782.081
1448.540.809
1.631.322.890

Verificação do crédito concedido versus depósitos captados
Banco do Minho - 1875

Controlo Estatal

Balanco do activo e passivo do Banco Commercial de Guimaraes em 31 de Dezembro de 1878

<i>Activo</i>		<i>Passivo</i>	
<i>Caixa existente em metal</i>	30:096385	<i>Capital</i>	600:000000
<i>Letras descontadas e a receber</i>	271:653747	<i>Depositos a prazo</i>	142:244909
<i>Letras Caucionadas</i>	10:400000	<i>Depositos a ordem</i>	24:466329
<i>Letras em liquidaçao</i>	13:249695	<i>Obrigacoes a pagar</i>	5:090316
<i>Devedores e credores geraes</i>	58:136380	<i>Quilómetros a pagar</i>	261323
<i>Contas correntes com garantia</i>	20:986961	<i>Devedores e credores geraes</i>	12:060529
<i>Letras em execucao</i>	5:785763	<i>credores por effectos depositados</i>	23:150000
<i>Papeis p. credito</i>	28:591415	<i>Fundo de Reserva</i>	3:800000
<i>Empréstimos sobre finchares</i>	43:830498	<i>Reserva para liquidaçoes</i>	2:029228
<i>Empréstimos " Hipotecas</i>	19:312409	<i>Queros perdidos</i>	15:221460
<i>Effectos depositados</i>	23:150000		
<i>Agencias no Paiz</i>	56:624463		
<i>Agencias " Estrangeiro</i>	30:696251		
<i>Edificios</i>	10:860000		
<i>Aluguis casa - fort e utilidades</i>	1:950765		
<i>Desp. p. installaçao credito e pello diaçoes</i>	3:000000		
<i>Aluguis de achadidos</i>	200:000000		
	828:324093		828:324093

<i>Letras</i>	271:653747
	10:400000
	5:785763
	287:839510

Pelo Banco Commercial de Guimaraes
O Directores
José Maria de Almeida
José Maria de Castro
1878

Verificação do crédito concedido *versus* depósitos
 Banco Comercial de de Guimarães - 1878

Controlo Estatal

Verificação do valor do crédito concedido *versus* depósitos captados

Banco Agrícola e Industrial Visiense

Balancete em 30 de Dezembro de 1882

Activo

Dinheiro em Caixa.....	<u>C</u> 14.273.990
Empréstimos sobre penhores.....	..
Empréstimos com fiadores.....	74.102.250
Empréstimos sobre letras.....	<u>L</u> 24.507.000
Empréstimos em contas correntes.....	980.000
Inscrições.....	14.272.500
Empréstimos à Junta Geral do Districto de Viseu.....	14.510.000
Ações de Bancos.....	30.966.800
Empréstimos à Camara Municipal de Viseu.....	9.700.000
Efeitos depositados.....	1.743.200
Móveis.....	404.650
Gastos geracs.....	..
	<u>176.460.390</u>

Passivo

Capital do Banco pela Misericordia.....	40.000.000
Capital do Banco pelos Accionistas.....	20.000.000
Depositos.....	<u>L</u> 72.956.120
Caixa Economica.....	11.350.829
Reserva para liquidacões.....	18.000.000
Dividendos a pagar.....	647.600
Juros por pagar.....	2.866.035
Credores de effeitos depositados.....	1.743.200
Lucros e perdas.....	8.896.606
	<u>176.460.390</u>

Banco Agrícola e Industrial Visiense, 10 de Janeiro de 1883

Os Gerentes,

Manoel Antonio Branco
Antonio de Fodua Fodua de Carvalho
Antonio Henriques da Cruz

Banco Agrícola e Industrial Visiense - 1882

Controlo Estatal

Publique-se conforme o D. 27/ago 1896

Balancete do Banco do Minho em 31 de Julho de 1897

Resumo do Activo		Resumo do Passivo	
Caixa: dinheiro em cofre.....	69:8305285	Capital.....	600:0005000
FUNDOS FLUCTUANTES } Fundos Acções e Obrigações de		Fundo de reserva.....	120:0005000
Companhias e Bancos Estrang. 645:3335019	741:5055429	Fundo de reserva para prejuizos.....	29:8685965
FUNDOS FLUCTUANTES } Fundos Acções e Obrigações de		Reserva dos accionistas.....	39:4405000
Companhias e Bancos Portug. 96:1725410		Notas em circulação.....	10:2405000
Hypotheas de raiz.....	20:348518	Depositos á ordem.....	224:5705377
Letras de cambio.....	14:7618833	Depositos a prazo.....	626:9555271
Letras descontadas.....	338:3315879	Letras a pagar.....	22:7535820
Letras a receber.....	77:2588518	Agencias e correspondencias no Paiz.....	9:5828826
Letras em liquidação.....	29:009481	Agencias e correspondencias no Estrangeiro.....	2:1395687
Emprestimos e contas correntes com caução fazendo parte das		Dividendos a pagar.....	4:2945944
cauções 153 acções d'este Banco.....	159:7515579	Imposto de rendimento.....	2085075
Emprestimos com caução das proprias acções.....	1:0578600	Credores geracs.....	153:0875910
Cauções.....	292:1198025	Papeis de credito depositados nas agencias..... (nominal)	1.168:9935500
Agencias e correspondencias no Paiz.....	145:8075150	Caucionados.....	292:1198025
Agencias e correspondencias no-Estrangeiro.....	38:7298033	Gerencia do Banco.....	12:0005000
Contas em liquidação.....	32:0935165	Credores d'effeitos depositados.....	1.089:0225265
Devedores geracs.....	108:2835243	Ganhos e perdas.....	10:9058579
Agencias devedoras por papeis de credito depositados (nominal).....	1.168:9935500		
Caução da Gerencia.....	12:0005000		
Effeitos depositados.....	1.089:0225265		
Mobilia.....	1.3105000		
Edificio do Banco.....	22:0005000		
	4.416:1825244		4.416:1825244

Braga, 12 de Agosto de 1897.

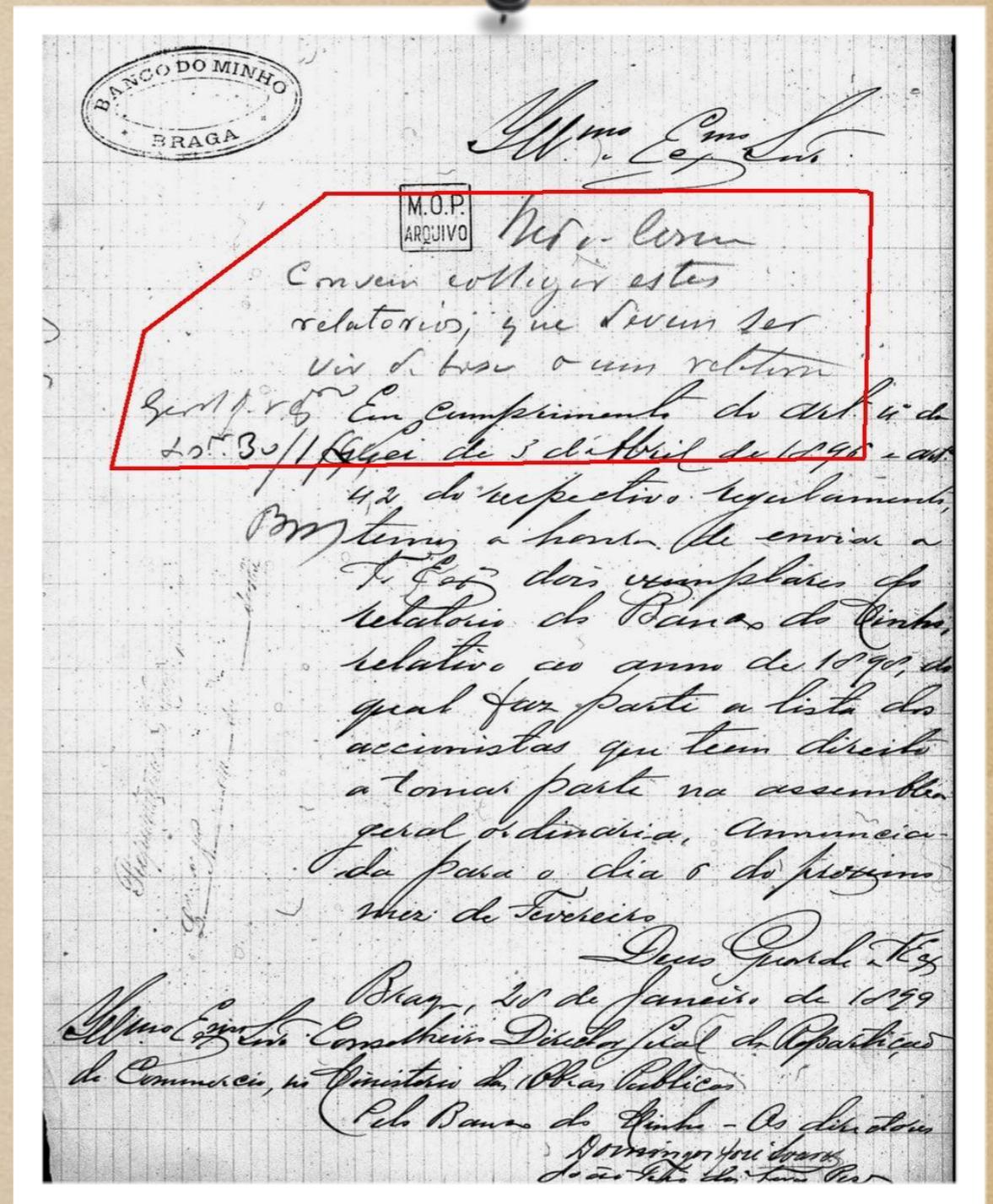
PELO BANCO DO MINHO,
Os Directores,
Domingos José Soares
João Pina das Neves Pereira

"Publique-se se está conforme com o Decreto de 27 de agosto de 1896"

Despacho Director Geral - 1897 (Banco do Minho)

Controlo Estatal

"Convém coligir estes relatórios, que devem servir de base a um relatório geral"

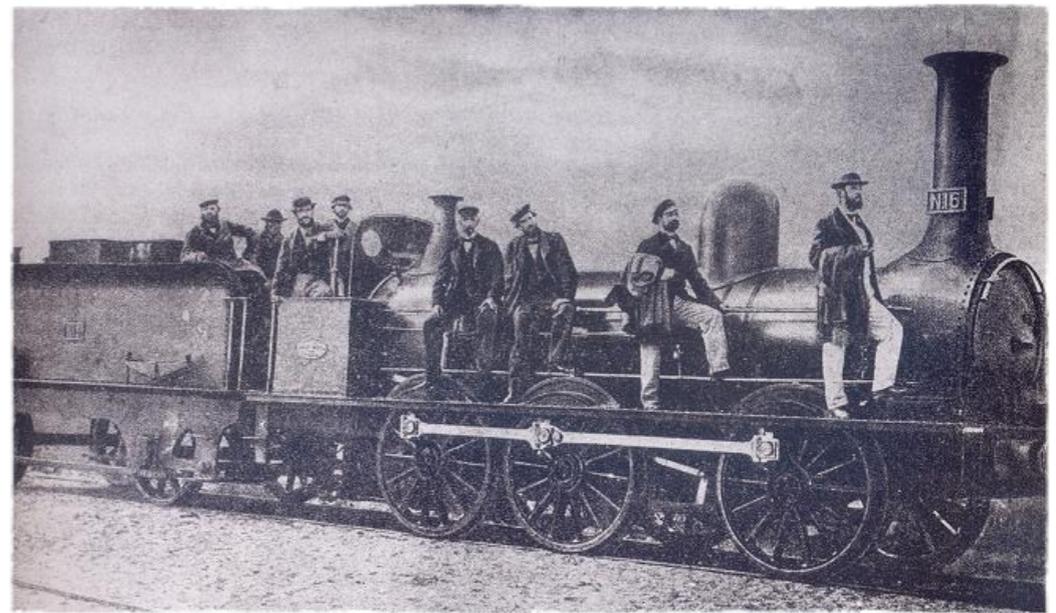


Despacho Diretor Geral - 1899 (Banco do Minho)

Conclusões

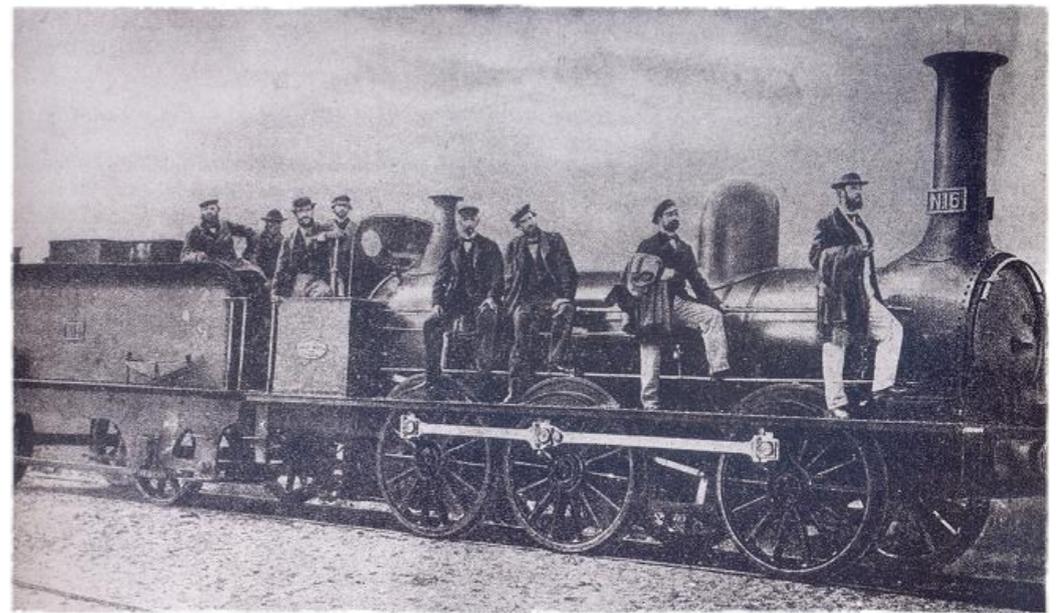
Conclusões

- O sistema bancário português no séc. XIX foi atravessado por graves crises que provocaram o colapso de muitas entidades.
- Durante este período, o Estado adotou um liberalismo que não regulamentou especificamente a atividade bancária.



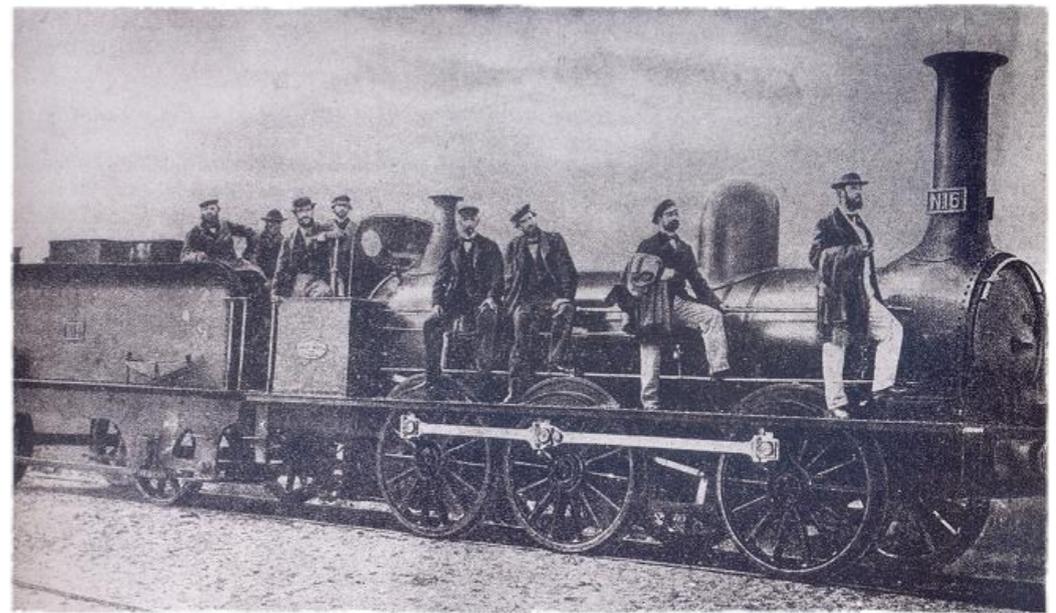
Conclusões

- Não se compreende como, após a crise de 1876, não se impôs ao sistema bancário regras moralizadoras e não se transferiu a efetiva fiscalização das firmas bancárias das assembleias gerais para o Estado.



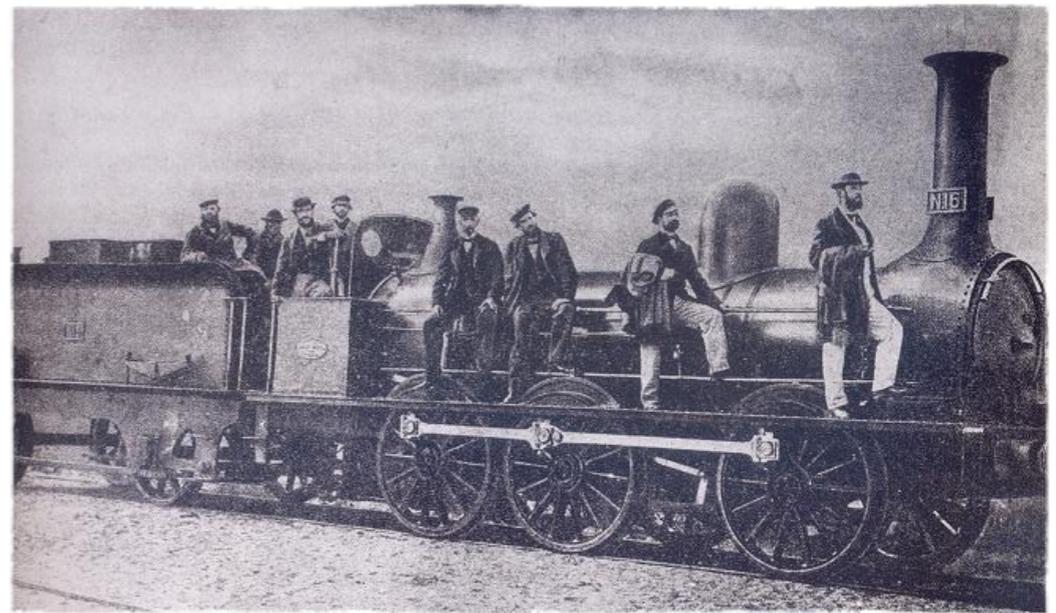
Conclusões

- A atuação prática do Estado ressentiu-se da falta de enquadramento legislativo bancário.
- Limitava-se a aprovar os estatutos e a receber as contas das firmas bancárias para publicação.



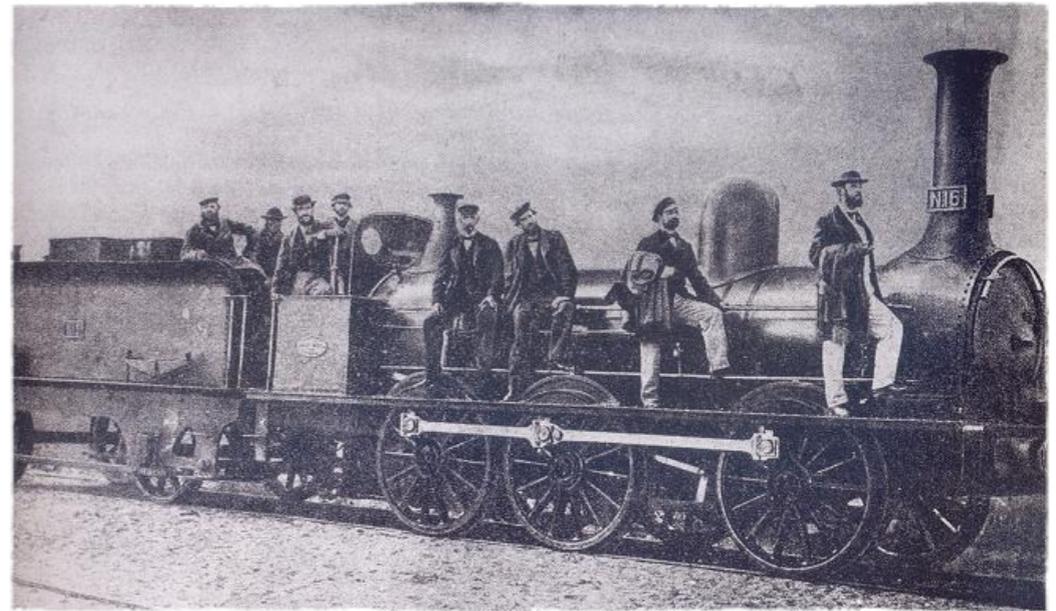
Conclusões

- Mas a atuação do Estado durante este período permite consubstanciar a ideia de que a fiscalização das firmas bancárias foi uma prática que se iniciou neste longo período.



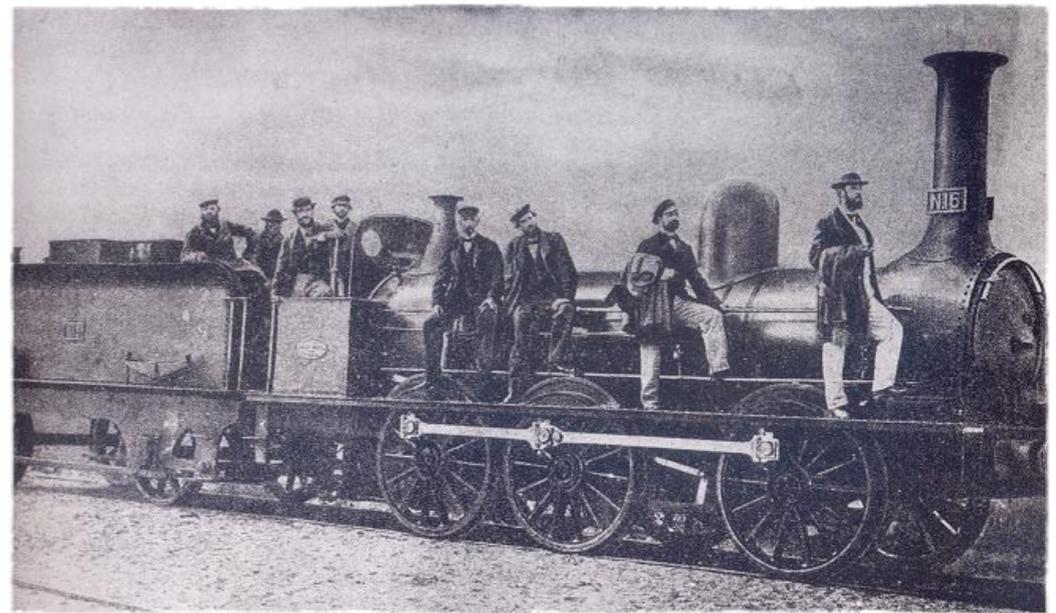
Conclusões

- O desconhecimento da vida quotidiana das firmas bancárias foi uma das maiores fraquezas do controlo estatal.
- Ficando entregues a si mesmas, as firmas bancárias foram palco, muitas vezes, de fraudes, de atitudes especulativas e de má gestão, que levavam credores e depositantes à ruína.



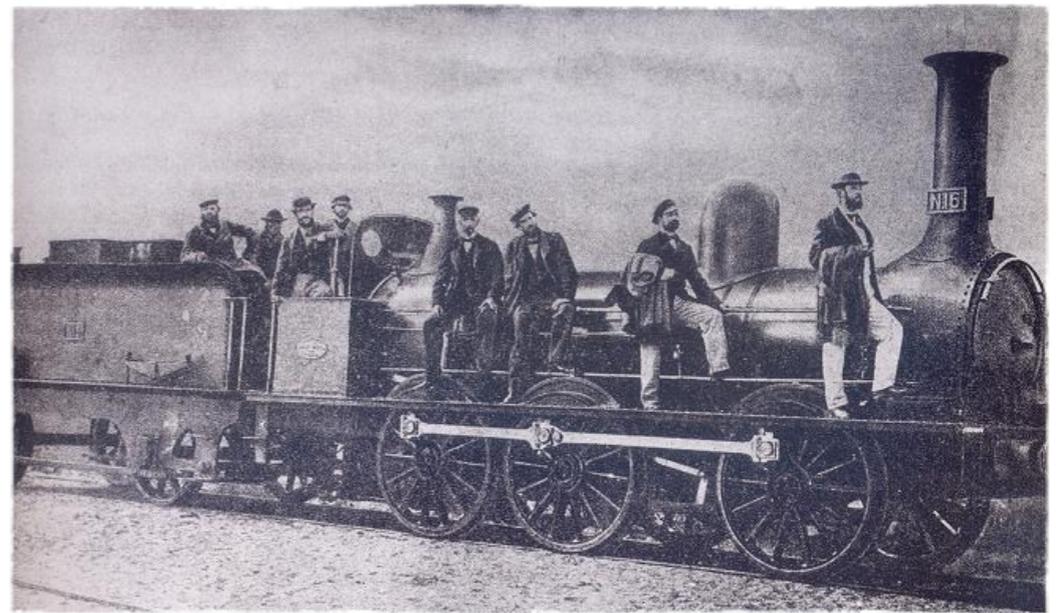
Conclusões

- Ao longo da segunda metade do séc. XIX houve um aumento gradual da complexidade dos balanços dos bancos.
- Também se verificou a inexistência de harmonização das peças contabilísticas.



Conclusões

- O Estado fez apenas pequeno controlo e verificação dos balanços bancários.
- Não havia preocupação "prudencial" no sentido de preservar a estabilidade financeira.





fim

